

Luiz Ferreira Martins

Gestão 10/3/1976-9/3/1980



Formação acadêmica*

Antes mesmo de termos concluído a graduação, já no segundo dos quatro anos de curso, tínhamos consciência clara de que faríamos carreira universitária. Então, assim que deixamos a universidade, fomos convidados para assistente – denominação que se usava para quem iniciava a carreira –, e passamos a trabalhar na Cidade Universitária de São Paulo. Nossa área de atuação era Histologia e Embriologia, comum a todas as carreiras de Ciências Médico-biológicas, Odontologia, Medicina, Veterinária, Biologia etc. Naquela época existia cátedra, e o catedrático que nos convidou era relativamente jovem. Assim, seria difícil chegarmos ao final da carreira. Quando se abriu em Bauru a Faculdade de Odontologia da USP, fomos convidados pelo prof. Paulo de Toledo Artigas (o responsável pela sua instalação), para dirigirmos a cátedra de Histologia e Embriologia. Em meados de 1964, já tínhamos feito o doutorado. Realizamos em seguida o concurso de livre-docên-

cia em São Paulo e, em seguida, o de catedrático em Bauru. Fomos a seguir conduzidos a vice-diretor e, depois, a diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru.

Da Cesesp à criação da UNESP

Em 1973, praticamente afastamos da Faculdade de Odontologia de Bauru, por 18 anos, de início por termos sido convidados para ser o coordenador da Coordenadoria de Ensino Superior, antiga Cesesp, vinculada então à Secretaria de Educação. Quando se implantou a reforma do ensino de primeiro e segundo grau, durante a gestão do dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário da Educação, colocou-se o problema de equacionar os Institutos Isolados de ensino superior a ela vinculados. Criava-se uma federação de escolas ou uma universidade? Chegamos à conclusão de que os Institutos Isolados já constituíam, de fato, uma federação de escolas. O grande problema era a instituição de uma universidade *multicampi*, pois não havia, no país, nenhuma experiên-

* Extratos de depoimento colhido em Bauru, 27/9/2001 por Anna Maria Martinez Corrêa e Márcia Tosta Dias. Cedem.

cia, até então, de universidade assim organizada. A Universidade de São Paulo abrigava alguns institutos, hoje *campi*, no interior (Bauru, São Carlos, Piracicaba e Ribeirão Preto). Mas esse modelo era diferente, porque havia, de fato, uma concentração de instituições na capital – na Cidade Universitária –, à exceção da Faculdade de Direito que, respeitando a tradição, mantinha-se no Largo São Francisco. Era preciso, portanto, construir um modelo novo. A distribuição da UNESP é estadual: até seu logotipo é o mapa do estado de São Paulo. Ela está presente em todas as regiões: Araraquara, Ribeirão Preto, Franca, Marília, Presidente Prudente e mesmo na capital, com o Instituto de Música, hoje Instituto de Artes. A UNESP foi criada por decisão do governador Paulo Egydio Martins. Estávamos, como dissemos, estudando qual a solução para os Institutos Isolados após a reforma do ensino de primeiro e segundo grau. Outra questão, à época, era o que decidir em relação à Ilha Solteira, pois haviam sido concluídas as obras da barragem. Como utilizar a estrutura lá implantada? Pensou-se em uma penitenciária aberta e outras alternativas, até mesmo a implosão. Hilário Torlone – que havia sido vice-governador do estado, colega no Conselho Estadual de Educação – tomando conhecimento de que se pretendia criar a nova universidade reunindo os Institutos Isolados su-

geriu que incorporássemos Ilha Solteira como patrimônio da Instituição. Nem se pensava em que cursos poderiam lá ser instalados, pois era uma região limítrofe entre São Paulo e Mato Grosso. O governador Paulo Egídio entendeu ser interessante criar a universidade, mas deveria ter a reitoria em Ilha Solteira. Assim se criou a Universidade de Ilha Solteira. Estranho, pois no limite com Mato Grosso, ao passo que os Institutos Isolados estavam distribuídos, quase por todo o estado, em 15 *campi*. Por ironia, a reitoria situou-se de fato na Praça da Sé em São Paulo, ponto zero do estado, em prédio cedido pelo secretário da Educação. Criada a universidade, existiam muitos problemas, por exemplo: Assis, Marília e Presidente Prudente ofereciam quase os mesmos cursos na área das antigas Faculdades de Filosofia; não havia massa crítica para a criação de departamentos. Era necessário aglutinar esses especialistas para que, realmente, tivéssemos perspectiva de pesquisa e outras atividades; na parte de ensino, ia tudo muito bem. Foi então que surgiu o grande confronto na implantação da UNESP, teríamos de deslocar, por exemplo, professores de Marília para Araraquara, e vice-versa. Foi sério e razão pela qual, até hoje, existe alguma reação dos antigos professores. Tínhamos outras dificuldades: Botucatu era uma instituição que pretendia manter seus vários cursos e talvez se transfor-

mar em universidade. Oferecia o único curso de Medicina, mas também Biologia com licenciatura para a formação de professores, sem ter curso de Pedagogia, o que determinou à época a permanência apenas do bacharelado. Assim se criou a UNESP, mas sempre com uma concepção de ser uma universidade de transição que, no futuro, se transformaria em mais uma universidade regional.

Universidade *multicampi* ou universidades regionais?

Quando se criou a Universidade de São Paulo, em 1934, admitia-se que nenhuma universidade poderia existir sem Faculdade de Filosofia que, na verdade, oferecia uma variedade de cursos, até de Biologia. À época, pensou-se em criar uma universidade com base nos antigos Institutos Isolados, juntando-se aos *campi* da USP, tendo sido proposto um modelo que não chegou nem a ser discutido, porque não foi aceito pela USP. Seriam universidades regionais, em que se reuniriam, por exemplo, Jaboticabal, Araraquara, Ribeirão Preto, São Carlos. Nesse estudo se criavam três ou quatro universidades, mas precisávamos da USP no processo. Continuamos pensando da mesma forma, a solução estaria em universidades regionais.

A dificuldade maior em relação aos Institutos Isolados era que não tinham autonomia (didática e financeira),

prerrogativa das universidades; cada um disputava seu orçamento diretamente com a Secretaria da Fazenda. O coordenador deles precisava gerir, em princípio, pelo menos 15 orçamentos, lutar por eles na Secretaria da Fazenda e depois administrá-los. A criação dos cargos de professores dependia do governador do estado. A autonomia superou esses e outros problemas. Hoje, a universidade administra seu orçamento, limitado, é verdade, pelos nove e pouco por cento do ICMS, fixados pela Assembléia Legislativa, porém, sua aplicação cabe ao reitor, ao Conselho Universitário, aos diretores, o que é extremamente importante.

Antes da criação da UNESP, a forma de atuação da Coordenadoria de Ensino Superior (Cesesp) dependia – e muito – do modo de atuar do coordenador. Conseguimos, então, estimular a implantação do tempo integral para os professores, à semelhança do que acontecia na USP e na Unicamp. Foi criada, nos Institutos, uma Comissão de Tempo Integral que geria o processo e não dependíamos mais do Conselho Estadual de Educação. O prof. Eurípedes Malavolta (Esalq) e a profa. Maria de Lourdes Mariotto Haidar (Faculdade de Educação da USP) foram os principais colaboradores. Portanto, professores dos Institutos Isolados e da Universidade de São Paulo participaram na implantação da UNESP. Nessa altura, era secretário

da Educação o dr. Paulo Gomes Romeu, que contribuiu para vincular maior número de professores ao regime de tempo integral. Implantamos, à época, a primeira Comissão de Pós-graduação na Coordenadoria assim como a carreira universitária. Duas figuras ilustres foram bem importantes na evolução dos Institutos Isolados para a UNESP: Paulo Egydio Martins e José Bonifácio Coutinho Nogueira. Deram eles apoio irrestrito e nos liberaram para fazermos tudo o que considerássemos necessário. O dr. Paulo Egydio sabia que tínhamos muita dificuldade com 15 *campi* distribuídos por todo o estado para nos locomover – o que era necessário com frequência –, e cedeu à universidade um avião da frota do governo.

O processo de criação da UNESP

As reuniões para a criação da UNESP ocorreram em um local que chamávamos de Castelinho, defronte do antigo Palácio do Governo dos Campos Elíseos, na avenida Rio Branco, em São Paulo. A primeira reunião para discussão da criação da universidade foi realizada na Secretaria de Esporte e Turismo, nesse antigo Palácio e, a partir daí, na sede do Conselho Estadual de Educação.

Tínhamos consciência de que a universidade seria *sui generis*, diferentemente da Universidade da Califórnia, por exemplo, a qual visitamos antes de

sermos reitor da UNESP, uma vez que ali existe um núcleo forte, ao passo que na UNESP não o havia. É o que ocorre também na USP, com seu centro na Cidade Universitária e outras unidades, ou *campi*, em Piracicaba, São Carlos, Ribeirão Preto, Bauru e Pirassununga. Contudo, ressaltamos ainda uma vez, o núcleo central está na Cidade Universitária, que não é o caso da UNESP. Botucatu, por ser o maior *campus* antes da criação da UNESP, almejava ser uma universidade. A criação do *campus* de Botucatu deve ser atribuída, em especial, ao prof. Euclides Onofre Martins, então diretor da Faculdade de Medicina e Veterinária da USP. Não se sabendo que destino dar ao prédio construído para ser um Hospital de Tratamento de Tuberculosos, propôs-se a criação de uma unidade para múltiplos cursos, sendo, o principal, o de Medicina. O prof. Trindade, o último reitor da UNESP, nos mostrou documentos do início da Faculdade de Medicina de Botucatu, onde havia, já expressa, a intenção de aquela Faculdade vir a ser uma universidade.

A criação da UNESP precisava ser por meio de lei. É importante assinalar o empenho dos deputados Nabi Abi Chedid, líder do governo, e Wadih Helu. Por três dias e noites, o grupo que nos acompanhava, sobretudo o dr. Roberto Bazilli e a dra. Sandra Julien Miranda, permaneceu ininterruptamente na Assembléia, até ser aprovado o Projeto

de Lei. A discussão era ampla, pela natureza diferente da universidade e dos interesses regionais. Não que houvesse impedimentos, mas, tradicionalmente, se pensa em uma universidade com um único *campus*, onde as diferentes áreas do conhecimento se entrelaçam. Era difícil defender a tese da manutenção de vários *campi*, mas o importante era a autonomia que viria com a criação da universidade – de fato, a grande conquista. Muitos elementos da própria UNESP não entendiam muito bem as razões, em especial alguns professores de Botucatu pensavam ter força suficiente para conseguir esse privilégio, ainda como Instituto Isolado, mantendo-se a natureza da instituição. À época, visitamos todos os Institutos Isolados e realizamos reuniões, até abertas à comunidade, para discutir com abrangência o problema. Tínhamos a certeza de que não havia alternativa. Tentávamos convencer os incrédulos de que era uma boa proposta: a única, no nosso ponto de vista. Foram momentos difíceis, sobretudo nas reuniões de Marília, Assis, Presidente Prudente e Botucatu.

Quando se propõem mudanças, alterando a vida de muitas pessoas, é difícil, mas havia que se colocar o problema como decidido. Nesse período, o ambiente era complicado: vivia-se no regime ditatorial, e a reação a qualquer proposta, aparentemente imposta, era sempre de rejeição, em especial no âm-

bito universitário. Continuamos a acreditar que não erramos. Acreditamos, sim, que não haveria outra forma para se criar a universidade.

As reações ao processo adotado

Não lembramos com exatidão qual o contingente de professores à época; com razão alunos e funcionários também queriam participar, contudo o motivo das maiores reações não foi o fato da criação, mas a racionalização de uma universidade *multicampi*, procurando-se o mínimo de duplicação. A remoção de professor, por exemplo. Entendíamos a situação: se se está com uma vida estruturada há dez, 15 ou vinte anos em um município e, de repente, o curso é fechado, tem-se de encontrar uma solução.

Mas existiam ainda outras questões, como a da Biblioteca Central, onde colocá-la? Não poderíamos ter 15 bibliotecas, com multiplicação do acervo. Foi criado um sistema para troca de informações e periódicos, que não sabemos se está implantado por completo. O começo foi difícil.

Não é fácil dialogar com tantos interessados e atingir um denominador comum. Chegamos à conclusão de que a criação da universidade era uma necessidade, a única saída foi concretizada. A área de Humanidades foi a mais sensível. Havia quase uma Faculdade de

Filosofia em cada uma das cidades envolvidas! E com um ou dois professores em cada uma das especialidades, não havia a possibilidade nem de diálogo entre eles, essencial para o desenvolvimento e para a criação de ciência. A infra-estrutura não era adequada, sobretudo os recursos humanos. Quantos cursos existiam, por exemplo, de Ciências Sociais? Havia mais professores que alunos! Em relação à Ilha Solteira, criou-se o campo de pesquisa do cerrado e cursos de nível técnico e de Engenharia, integrados com a Cesp.

Os objetivos da nova Universidade

Se se analisa o estatuto ou o regimento da USP e da Unicamp observa-se que um dos objetivos propostos pela universidade é a formação de recursos humanos. No caso específico da UNESP, não era essa a motivação inicial do projeto implantado. Como comentamos, achávamos, nesse momento, assim como os educadores que nos acompanhavam, que não adiantava para a universidade ter um curso de História em Assis, outro em Marília. Como afirmamos, ou se reuniam professores e eles tinham, pelo menos, como dialogar, ou não se atingiriam resultados positivos. Essa foi a razão maior, e não a de formação de mão-de-obra; queríamos sim aproveitar os recursos existentes; notadamente os humanos, para que de

fato pudesse um dia haver uma verdadeira universidade. E, afinal, creio que as condições evoluíram. Hoje, a UNESP existe. À época, achava-se que era uma proposta visionária.

Realizamos várias coisas na vida. Até cargo político exercemos. Participamos da implantação da Faculdade de Odontologia de Bauru, fomos membro e presidente do Conselho Estadual de Educação, membro do Conselho Federal de Educação, secretário de Educação do estado de São Paulo, mas de tudo, em uma retrospectiva e julgamento íntimo, o melhor foi ter participado da criação e implantação da UNESP.

Universidade Júlio de Mesquita Filho

O nome é da responsabilidade do prof. dr. Moacyr Vaz Guimarães, então presidente do Conselho Estadual de Educação. Não temos nenhuma crítica, nada contra Júlio de Mesquita Filho, um dos criadores da USP, mas foi um erro. Acho que universidades e instituições não devem estar atreladas a nomes, por mais importantes que sejam. A intenção foi fazer uma homenagem. Lembramos bem o momento, quando o dr. Moacyr o propôs. Estávamos com o governador Paulo Egydio, que gostou da idéia, era amigo da família Mesquita. Se tivéssemos possibilidade de voltar no tempo, apesar de todas as homenagens que os Mesquita merecem, atrelar um

nome a uma universidade não nos parece adequado. Um grande professor – editorialista da área de Educação de *O Estado de S. Paulo*, prof. Roque Spencer Maciel de Barros – e a profa. Maria de Lourdes Mariotto Haidar estiveram sempre conosco a favor da criação da UNESP, e outros não; porém, mesmo aqueles que criticavam a idéia depois perceberam que não haveria outra solução e a aceitaram. Entenderam que era preciso reunir os Institutos Isolados de fato e isso só poderia ser feito por intermédio de uma universidade. De todo modo, entendemos a UNESP como uma universidade de transição, não temos dúvida de que ela se desmembrará um dia em universidades regionais.

O Conselho Universitário, órgão máximo do colegiado da universidade, foi organizado de início como Conselho Provisório, encarregado de elaborar o primeiro estatuto. Também deveria compor a lista triíplice para escolha do reitor e sua reunião inaugural foi presidida pelo dr. Moacyr Vaz Guimarães, presidente do Conselho Estadual de Educação, que seria por ela responsável, até a indicação dos nomes para a escolha do reitor pelo governador do estado. Um grupo de diretores que liderava, à época, o Conselho Universitário Provisório, propôs o projeto que embasaria tal estatuto. Fomos o principal responsável, mas houve também colaboração estreita do dr. Roberto Bazilli (chefe de gabi-

nete e secretário-geral), da dra. Sandra Julien Miranda (chefe da Consultoria Jurídica) e dos diretores que integravam o Conselho Universitário.

As possibilidades de expansão da nova Universidade

Para abertura de novos cursos, o problema era que dependíamos de orçamento que (pode-se dizer) já estava fixado. Defendíamos o ponto de vista de que não se deveria pensar de início em ampliação, uma vez que era necessário implantar e consolidar o modelo proposto e aprovado pelos órgãos competentes. Assim, não pretendíamos criar (e não criamos), durante o tempo em que estivemos como reitor, nenhum novo curso.

A Universidade e seus envolvimento políticos

A proposta da criação da universidade foi defendida por nós, pelo dr. Bonifácio e pelo governador Paulo Egydio. A pressão era forte, pois estavam sendo sugeridas várias modificações políticas, mas eles resistiram às pressões. Fomos secretário de Educação e sabemos qual é a diferença entre ser reitor e ser secretário, sobre este a pressão política é muito mais intensa. Diferentemente do reitor (que tem mandato), o secretário detém um cargo de confiança do

governador. O reitor pode se escudar nas decisões dos colegiados. Os cargos e funções são preenchidos por concurso. Se na implantação da UNESP não tivéssemos tido apoio, não poderíamos transferir cursos de um município para outro, como foi feito.

Como Institutos Isolados, havia ação restritiva sobre a atuação de docentes em alguns casos, embora não oficializados. Se um diretor, por exemplo, tivesse problemas com determinado professor, não propunha recontração. Havia professores que não concordavam com nossa maneira de administrar e decerto muitos poderiam ter razões. Vivia-se em um regime ditatorial e, justa ou injustamente, éramos considerados conservadores por aqueles que se rotulavam liberais.

O que era possível fazer, em nossa administração, procuramos realizar. Achamos que a administração tem de ser democrática, mas sempre se paga pelos erros cometidos. Não é possível ouvir todos, é preciso estabelecer prioridades e perseguir os objetivos.

Depois que deixamos a reitoria da UNESP passamos a acompanhar de longe os acontecimentos na Universidade. Aliás, fizemos questão – achamos importante como conduta para o administrador que deixa o cargo. Se ficarmos próximos a quem nos substitui, somente atrapalhamos. Quando o prof. Armando Ramos nos substituiu, ainda

tínhamos mandato, ficamos afastados na Secretaria e procuramos ajudá-lo de todas as formas possíveis. O reitor não está tão próximo do governador, mas depende do governo. Na condição de secretário, despachávamos pelo menos uma vez por semana – ou mais – com o governador; mantínhamos contatos telefônicos diários e procurávamos, dentro do possível, ajudar Armando em sua administração, mas jamais tentamos intervir, por exemplo, no problema da eventual mudança da reitoria da UNESP. Se vier a se concretizar, claro que, integrado a Bauru, com o qual tenho vínculos estreitos, ficaríamos muito felizes, mas não devemos nos manifestar a respeito. Entendemos que a universidade deve ser responsável pelo seu destino. Não aceitamos influência política nesse contexto. A partir do momento em que se criou a Universidade, ela rege seus caminhos. Não se pode aceitar, portanto, influência política, por mais nobre que seja.

Avaliação de um posicionamento

Se há algo que enriqueceu nosso currículo foi ter participado da implantação da UNESP. Foi talvez o fato mais importante em nossa vida profissional. Embora tenha sido, também, dignificante ter passado pela experiência da presidência do CEE, de membro do Conselho Federal de Educação e da Se-

cretaria de Educação do Estado. Fomos deputado federal, até vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara, mas não foi das atividades que mais nos gratificaram. Se tivéssemos de fazer uma auto-análise, diríamos que estamos muito mais para executivo do que para legislativo. No período em que fomos deputado federal, vivia-se o fim do regime militar, sob a égide do general Figueiredo como presidente do país e a Câmara não tinha papel relevante, como hoje, em aspectos legislativos. Foi de certa forma frustrante; contudo, a criação da UNESP, as passagens pela reitoria e pela Secretaria da Educação foram altamente gratificantes.